ALÉM DA NOTÍCIA

Dinheiro novo

As contas da Nova República batem cada vez menos com os exercícios estatísticos deixados pela equipe do ex-ministro Delfim Netto: agora são os créditos do Fundo Monetário Internacional que acabam de ser reestimados pelo Ministério da Fazenda, em função da substituição do acordo **ampliado** pelo **stand-by** a ser assinado até agosto, resultando numa redução de US\$ 732 milhões nos ingressos de empréstimos em moeda previstas para ajudar no fechamento das contas externas este ano. Até um mês atrás o presidente do Banco Central, Antônio Lemgruber, contava com o ingresso de US\$ 1 bilhão 132 milhões do FMI ainda este ano, de forma inclusive a permitir algum ganho de reserva sem precisar de **dinheiro novo** dos bancos credores.

Com o restabelecimento das negociações em Washington, o governo foi informado que o intervalo de março até a assinatura da próxima Carta de Intenção não passará em brancas nuvens: o Brasil deixará de receber as parcelas que esperava, de modo que até dezembro entrarão apenas US\$ 400 milhões, aproximadamente, como informou o ministro da Fazenda, Francisco Dornelles. O restante do crédito que ainda falta receber, pelo acordo assinado em fevereiro de 1983, só poderá ser sacado pelo País no próximo ano, ao longo da vigência do **stand-by**. A diferença não é desprezível, podendo obrigar o governo a cortar importações ou obter maiores ingressos em outros itens.

Mas o presidente do Banco Central não acredita que isso venha a acontecer, nem mesmo que será preciso começar a queimar reservas somente porque houve o atraso na retomada das negociações com o FMI. Ele prefere contar com a possibilidade ainda de obter do Fundo Monetário uma maior liberação de recursos este ano, compensada por uma parcela um pouco menos em 1986 — seria o caso, por exemplo, de inverter a programação apresentada até agora, de modo que US\$ 800 milhões entrem este ano e apenas cerca de US\$ 400 milhões fiquem para os últimos meses do **stand-by**. Lemgruber revelou que existe perspectiva concreta de se obter esta modificação durante as próximas negociações.

Caso isso não seja possível, outras alternativas estão em estudo para evitar que o balanço de pagamentos deste ano venha a apresentar um déficit em conta corrente superior aos US\$ 2,5 bilhões reprogramados pela Nova República — que corrigiu a estimativa do governo anterior, de apenas US\$ 1,5 bilhão de déficit em conta corrente que precisa ser financiado por ingressos de moeda estrangeira. Entre estas possibilidades está um eventual saldo da balança comercial de US\$ 12 bilhões, e não mais só de US\$ 11,5 bilhões, embora isso ainda pareça pouco concreto nesta altura do ano. Para o Banco Central é mais factível contar com resultados de medidas já adotadas.

Neste caso Lemgruber espera que a recente decisão do Banco Central, de aceitar que os bancos brasileiros no exterior captem recursos à taxa de mercado mais Libor (taxa interbancária de Londres), possa vir a resultar em ingressos na conta de capitais superiores às expectativas que existiam anteriormente. Esta possibilidade existe, realmente, embora tenha sido perturbada seriamente nas últimas semanas com as dificuldades enfrentadas por agências de bancos brasileiros em Nova Iorque, às voltas com a queda nos níveis de depósitos interbancários no rastro de alguma desconfiança com relação ao País que "estava no limbo".

Para compensar a redução nos créditos do FMI poderá ser acionada também a opção de pedir mais recursos aos organismos financeiros internacionais — como Banco Mundial ou Banco Interamericano de Desenvolvimento. O que não seria de todo impossível levando-se em conta que o ministro Francisco Dornelles conseguiu passar uma borracha nos últimos dois anos de relacionamento com o FMI e com os bancos credores, partindo agora para um "novo começo". De qualquer forma, estas diferenças de contas devem se tornar ainda mais frequentes à medida em que a realidade for confirmando que o cenário pintado pela ex-equipe econômica não passava de uma fantasia.

ARNOLFO CARVALHO